



Diego Santos Vieira de Jesus

### Relatório Analítico das Evidências Físicas da Marca Rio em sua Dimensão Política - 1º trim. 2018 ao 1º trim. 2019

#### **Resultados e análise**

Observou-se, no período em foco, um desmonte gradual de esquemas de corrupção disseminados pelo aparato político do Estado do Rio de Janeiro, inclusive na sua capital. A Operação Lava Jato fez novas denúncias e prisões em 2018 e 2019. Desde o seu início até outubro de 2018, ela tinha feito 46 denúncias no estado, sendo que 296 pessoas foram denunciadas, 190 prisões preventivas foram decretadas, 39 prisões temporárias foram realizadas, 40 conduções coercitivas ocorreram, e 466 buscas e apreensões foram implementadas, de acordo com o Ministério Público Federal (MPF). Os crimes envolveram fraude em licitações, corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro, organização criminosa, formação de quadrilha, falsidade ideológica, evasão de divisas, crime contra a ordem econômica e o sistema financeiro, embaraço à investigação de organização criminosa, tráfico de influência, operação de instituição financeira não-autorizada, peculato e constrangimento ilegal com emprego de arma de fogo. 30 operações foram realizadas em conjunto pela Polícia Federal e pela Receita Federal, e a solicitação de reparação de danos atingira R\$ 4,95 bilhões. Até aquele momento, nove sentenças tinham sido estabelecidas, e 40 pessoas tinham sido condenadas (MPF, 2018).

Em agosto de 2018, o MPF apresentou a 25ª denúncia contra o ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral Filho, o ex-secretário de Estado Wilson Carlos, o ex-secretário de Obras Hudson Braga, o ex-assessor da Secretaria de Obras do Rio de Janeiro Wagner Jordão e o diretor da Riotrilhos Heitor Lopes. Eles foram denunciados por crimes de corrupção passiva praticados na contratação de obras com a participação da empreiteira Odebrecht. No total, foi identificado o pagamento de propina a Cabral no valor de R\$ 78.924.800,00 (MPF, 2018). No mesmo mês, a Operação Lava-Jato prendeu o banqueiro Eduardo Plass, ex-presidente do Banco Pactual e sócio da corretora Opus Participações e do TAG Bank. O banco é ligado ao esquema de corrupção que reuniu Sérgio Cabral Filho e o empresário Eike Batista. Segundo as investigações, offshores de Plass foram usadas para a aquisição de joias pelo ex-governador na H.Stern. A prática fazia parte do esquema de lavagem de dinheiro da corrupção. No mesmo mês, na Operação S.O.S., o ex-secretário de Saúde, Sérgio Côrtes, voltou a ser preso por suspeita de desviar R\$ 52 milhões envolvendo as Organizações Sociais (OSs) que atuavam na área da saúde (G1, 2018).

Em novembro de 2018, 10 deputados estaduais foram alvos da Operação Furna da Onça. Sete foram presos, e outros três já estavam na cadeia. A suspeita é de que eles recebiam cargos e propinas mensais de R\$ 20 mil a R\$ 100 mil para votar alinhados aos interesses do governo, num esquema que teria movimentado pelo menos R\$ 54 milhões, de acordo com a Polícia Federal (PF). No mesmo mês, na Operação Boca de Lobo, o então governador do Rio de Janeiro Luiz Fernando Pezão foi preso sob suspeita de receber R\$ 150 mil por mês quando era secretário de Obras e vice de Cabral. Ao total, entre 2007 e 2015, ele teria recebido quase R\$ 40 milhões. A PF diz que Pezão cobrava uma espécie de taxa de até 8% do valor dos contratos para benefício



Diego Santos Vieira de Jesus

próprio (G1, 2018). Em abril de 2019, o ex-presidente da República Michel Temer, o ex-ministro e ex-governador do Rio de Janeiro Moreira Franco e outros 12 investigados pela força-tarefa da Lava Jato por desvios na Eletronuclear nas obras de Angra 3 viraram réus (GUIMARÃES, 2019).

No âmbito da cidade do Rio de Janeiro, particularmente em termos de práticas de transparência, a situação agravou-se de tal forma a ponto de se abrir um processo de impeachment contra o prefeito Marcelo Crivella em abril de 2019. A denúncia, apresentada ao plenário da Câmara de Vereadores, foi protocolada pelo fiscal da secretaria de Fazenda do município Fernando Lyra Reis. Segundo Reis, o prefeito cometera improbidade administrativa e crime contra a administração pública. Segundo a denúncia, Crivella teria prorrogado sem licitação uma concessão de 1999 que autorizava dois grupos de agências de publicidade a usar para propaganda 34 locais públicos, como pontos de ônibus e relógios de rua. O contrato previa a exploração desses locais por 20 anos e não tinha qualquer cláusula que permitisse a renovação. Essas empresas também teriam deixado de pagar quase R\$ 30 milhões em obrigações e multas. Anteriormente, outros pedidos de impeachment do prefeito tinham sido negados. Em julho de 2018, os vereadores rejeitaram três pedidos, sendo um deles motivado pela suspeita de que Crivella teria oferecido facilidades em uma reunião com líderes evangélicos no Palácio da Cidade. No fim de março de 2019, um pedido rejeitado apontava supostas irregularidades envolvendo a compra pelo Município de um terreno da Caixa Econômica Federal, em Rio das Pedras, na Zona Oeste, acusando a gestão municipal de praticar uma “pedalada fiscal”. Na ocasião, o presidente da Câmara de Vereadores, Jorge Felipe (MDB), afirmou que a denúncia não constituía, em tese, crime de responsabilidade (BARREIRA et al., 2019).

A situação econômica e política desfavorável fez com que a criminalidade se disseminasse pelo estado e pela sua capital ao longo da maior parte de 2018, de forma que áreas de engajamento dos cidadãos, como associações comunitárias, tivessem seu acesso bloqueado na disputa entre a Polícia e os criminosos. Três meses antes do fim da intervenção federal na segurança do Estado do Rio de Janeiro, era possível detectar a queda em determinados tipos de roubos e furtos, mas o número de homicídios havia aumentado (4.039 mortes violentas entre fevereiro e agosto de 2018, em comparação com 3.810 no mesmo período de 2017), sendo que um quarto deles era causado por policiais. Entre fevereiro e agosto de 2018, 82.578 furtos foram registrados, enquanto cerca de 84.400 foram registrados no mesmo período de 2017. No primeiro intervalo, foram registrados 137.822 roubos, ao passo que 140.157 foram registrados no mesmo período de 2017. O coordenador de pesquisa do Observatório da Intervenção, Pablo Nunes, ressaltou que houve aumento em certos tipos de roubos, como aqueles contra passageiros de coletivos de transporte. Apesar de ter havido redução de 9,5% no roubo de cargas no estado, essa redução veio ao custo de R\$ 46 milhões em operações das Forças Armadas. Essa última redução resulta da concentração de recursos nessa questão visando a atender às demandas de empresários, mas os crimes contra a vida continuavam a aumentar. Nesse contexto, 18 policiais civis ou militares foram mortos em serviço entre fevereiro e agosto de 2018, contra 20 no mesmo período de 2017. Diversas mortes aconteciam quando tais policiais reagiam a assaltos ou trabalhavam como seguranças privados nas horas vagas. Durante a intervenção, somam-se às mortes de agentes do



Diego Santos Vieira de Jesus

Estado também aquelas de membros das Forças Armadas, como as de três soldados em agosto de 2018 nos complexos da Penha, do Alemão e da Maré, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro. Aquele fora o primeiro confronto entre membros do Exército e integrantes de grupos criminosos durante a intervenção, que também levou à morte de civis. Embora houvesse uma leve queda no número de mortes de policiais, 916 pessoas foram mortas entre fevereiro e agosto de 2018 por intervenções policiais, número superior às 615 mortes no mesmo período de 2017. Segundo a coordenadora do Observatório da Intervenção Silvia Ramos, a intervenção estava testando um modelo de segurança pública pautado em uma concepção militar, que pensava violência e criminalidade como problemas de guerra, não a partir das mudanças na gestão, do fortalecimento da inteligência e da redução dos crimes contra a vida (FÁBIO, 2018).

No último mês da intervenção federal no Rio de Janeiro (dezembro de 2018), o indicador homicídio doloso, considerado pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), registrou o menor número de vítimas dos últimos 27 anos (341). A queda foi de 23% em relação ao mesmo mês de 2017. A letalidade violenta – que abarca homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e morte por intervenção de agente do Estado – foi a menor desde dezembro de 2015, com 447 vítimas, uma redução de 18% em relação a dezembro de 2017 e de 14% em relação a novembro de 2018. Entretanto, no que diz respeito a mortes por intervenção de agente do Estado, o aumento em relação a dezembro do ano anterior foi de 3,5%. A redução do roubo de cargas foi expressiva em relação a dezembro de 2017 (32%), bem como de roubos de veículos (15%). Na cidade do Rio de Janeiro, no último trimestre de 2018, duas Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP) da Zona Norte apresentaram quedas expressivas em diversos indicadores: a AISP 09 (Madureira e adjacências) registrou a terceira maior diminuição em roubo de rua (roubo em coletivo, roubo a transeunte e roubo de aparelho celular) e em roubo de veículo; e a AISP 03 (Méier e adjacências) teve a segunda maior redução em roubo de veículo e em roubo de rua (NASCIMENTO, 2019a).

Segundo dados divulgados pelo ISP em março de 2019, o homicídio doloso registrara queda no estado pelo segundo mês consecutivo (28% em relação a fevereiro de 2018 e 17% em relação a janeiro de 2019), de forma que o mês de fevereiro de 2019 tinha sido aquele com o menor número de vítimas desde 1991. A letalidade violenta apresentou queda de 16% em relação a fevereiro de 2018 e de 15% em relação a janeiro de 2019, bem como roubo de veículos (queda de 26% em relação a fevereiro de 2018) e roubo de cargas (redução de 13% em relação a fevereiro de 2018). O roubo de rua (roubo a transeunte, roubo de aparelho celular e roubo em coletivo) ficou relativamente estável em fevereiro, com um aumento de 1% em relação a fevereiro de 2018 e uma queda de 6% em relação a janeiro de 2019. Na cidade do Rio de Janeiro, a AISP 03 registrou, pelo segundo mês seguido, a maior diminuição em roubo de rua, a segunda maior em roubo de veículo e a terceira maior em roubo de carga; enquanto a AISP 16 (Olaria e adjacências) teve a maior redução de roubos de carga. Entretanto, as mortes por intervenção de agente do Estado aumentaram 42% em relação a fevereiro de 2018 (NASCIMENTO, 2019b).

A letalidade policial fez 305 vítimas nos dois primeiros meses da administração do novo governador do Estado Wilson Witzel, de forma que representantes de movimentos sociais,



Diego Santos Vieira de Jesus

pesquisadores e lideranças políticas cobraram do governador um plano de política de segurança pública que resguardasse o direito à vida da população e dos policiais, em audiência da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, realizada em março de 2019. De acordo com as denúncias dos participantes, as operações policiais nas favelas e periferias violavam, cotidianamente, o estado democrático de direito, a partir da lógica de confronto que, segundo os representantes, era intensificada por Witzel. Contrários à aposta no confronto direito, como a ação ocorrida no próprio mês de março no Complexo da Maré, na zona norte da capital fluminense, em que a polícia usou um helicóptero para atirar em direção à favela deixando ao menos duas pessoas mortas e outras duas feridas, pesquisadores defenderam a profissionalização da força policial (RBA, 2019).

O cerceamento das práticas de participação social na formulação das políticas públicas na cidade do Rio de Janeiro tinha ficado evidente com o assassinato da vereadora do PSOL Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes, no bairro do Estácio, em março de 2018. Defensora dos direitos das mulheres, da população LGBT, dos negros e da população das favelas da cidade, Franco foi a quinta candidata mais votada para o cargo de vereador no município em 2016 e a segunda mulher mais votada ao cargo de vereadora em todo o país. Na Câmara Municipal, ela integrou uma comissão cujo objetivo era monitorar a intervenção federal no Rio de Janeiro e foi escolhida como sua relatora em fevereiro de 2018. Franco era crítica à intervenção federal, aos abusos policiais e às violações aos direitos humanos (ODILLA, 2018). A imprensa nacional e internacional destacou a morte de Franco como um “ataque direcionado”, com críticas à violência policial na cidade e no Estado do Rio de Janeiro, e inúmeras manifestações populares ocorreram por toda a cidade, o estado e o país (UOL, 2018). Quase um ano após os assassinatos, a Polícia Civil e o Ministério Público do Rio de Janeiro prenderam, em março de 2019, dois suspeitos de cometer o crime. Para os investigadores, o PM reformado Ronnie Lessa foi o autor dos disparos contra as vítimas, e Élcio Queiroz dirigiu o carro usado no atentado. Entretanto, a Polícia ainda não conseguiu esclarecer a motivação do crime e a existência de mandantes. O chefe da Divisão de Homicídios da Capital, Ginton Lages, disse que apresentou apenas a primeira fase da investigação e a segunda fase já estava em curso (G1, 2019).

### **Recomendações**

Na dimensão política das evidências físicas da identidade da marca da cidade do Rio de Janeiro, destacam-se dois aspectos que ameaçam tal marca: as deficiências da política pública de segurança, ainda marcada pela alta letalidade dos policiais, e o não-reconhecimento público de uma gestão pública eficiente.

A fim de se reverter tal quadro, seria importante a tomada das seguintes medidas:

- Estimular o engajamento de grupos organizados da sociedade civil na formulação de políticas públicas municipais e no acompanhamento das ações políticas e dos gastos das



Diego Santos Vieira de Jesus

autoridades municipais, estaduais e federais, visando à conquista de maior transparência pública;

- Buscando-se a redução da violência, pressionar a gestão pública para a elucidação de homicídios, a redução da letalidade policial e o investimento no combate ao tráfico de armas (FÁBIO, 2019);
- Estimular a maior profissionalização da força policial, bem como promover mudanças na gestão da segurança pública visando ao fortalecimento da inteligência e à redução dos crimes contra a vida (FÁBIO, 2019; RBA, 2019).

### Referências bibliográficas

BARREIRA, GABRIEL; MARIA, ELIANE; DUARTE, HELTER; FIGUEIREDO, PEDRO; ABREU, RICARDO. CÂMARA DO RIO ABRE PROCESSO DE IMPEACHMENT CONTRA O PREFEITO MARCELO CRIVELLA. G1 WEBSITE, 2 ABR. 2019. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://G1.GLOBO.COM/RJ/RIO-DE-JANEIRO/NOTICIA/2019/04/02/CAMARA-DO-RIO-ABRE-PROCESSO-DE-IMPEACHMENT-CONTRA-O-PREFEITO-MARCELO-CRIVELLA.GHTML](https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/04/02/camara-do-rio-abre-processo-de-impeachment-contr-a-prefeito-marcelo-crivella.ghtml)>. ACESSO EM: 4 ABR. 2019.

FÁBIO, ANDRÉ CABETTE. OS NÚMEROS DA VIOLÊNCIA NO RIO, A 3 MESES DO FIM DA INTERVENÇÃO. NEXO, 19 SET. 2018. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://WWW.NEXOJOURNAL.COM.BR/EXPRESSO/2018/09/19/OS-N%C3%BAmEROS-DA-VIOL%C3%AANCIA-NO-RIO-A-3-MESES-DO-FIM-DA-INTERVEN%C3%A7%C3%A3o](https://www.nexojournal.com.br/expresso/2018/09/19/os-n%C3%BAmEROS-DA-VIOL%C3%AANCIA-NO-RIO-A-3-MESES-DO-FIM-DA-INTERVEN%C3%A7%C3%A3o)>. ACESSO EM: 4 ABR. 2019.

G1. CRONOLOGIA: OPERAÇÃO LAVA JATO NO RIO DE JANEIRO. G1 WEBSITE, 29 NOV. 2018. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://G1.GLOBO.COM/RJ/RIO-DE-JANEIRO/NOTICIA/2018/11/29/CRONOLOGIA-OPERACAO-LAVA-JATO-NO-RIO-DE-JANEIRO.GHTML](https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/11/29/cronologia-operacao-lava-jato-no-rio-de-janeiro.ghtml)>. ACESSO EM: 4 ABR. 2019.

\_\_\_\_\_. AS EVIDÊNCIAS PARA A PRISÃO DOS DOIS SUSPEITOS DE MATAR MARIELLE E ANDERSON. G1 WEBSITE, 12 MAR. 2019. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://G1.GLOBO.COM/RJ/RIO-DE-JANEIRO/NOTICIA/2019/03/12/AS-EVIDENCIAS-PARA-PRISAO-DOS-DOIS-SUSPEITOS-DE-MATAR-MARIELLE-E-ANDERSON.GHTML](https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/03/12/as-evidencias-para-prisao-dos-dois-suspeitos-de-matar-marielle-e-anderson.ghtml)>. ACESSO EM: 5 ABR. 2019.

GUIMARÃES, ARTHUR. MICHEL TEMER, MOREIRA FRANCO E MAIS 12 VIRAM RÉUS NA LAVA JATO NO RIO. G1 WEBSITE, 2 ABR. 2019. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://G1.GLOBO.COM/RJ/RIO-DE-JANEIRO/NOTICIA/2019/04/02/MICHEL-TEMER-E-MOREIRA-FRANCO-VIRAM-REUS-NA-LAVA-JATO-DO-RIO.GHTML](https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/04/02/michel-temer-e-moreira-franco-viram-reus-na-lava-jato-do-rio.ghtml)>. ACESSO EM: 4 ABR. 2019.

MPF. A LAVA JATO EM NÚMEROS NO RIO DE JANEIRO. MPF WEBSITE, 9 OUT. 2018. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.MPF.MP.BR/PARA-O-CIDADAO/CASO-LAVA-JATO/ATUACAO-NA-1A-INSTANCIA/RIO-DE-JANEIRO/RESULTADOS](http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-lava-jato/atuacao-na-1a-instancia/rio-de-janeiro/resultados)>. ACESSO EM: 4 ABR. 2019.

NASCIMENTO, KARINA. HOMICÍDIO DOLOSO APRESENTA MENOR NÚMERO DE VÍTIMAS EM DEZEMBRO DESDE 1991. ISP WEBSITE, 18 JAN. 2019A. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.ISP.RJ.GOV.BR/NOTICIAS.ASP?IDENT=415](http://www.isp.rj.gov.br/noticias.asp?ident=415)>. ACESSO EM: 4 ABR. 2019.

\_\_\_\_\_. PELO SEGUNDO MÊS CONSECUTIVO, HOMICÍDIO DOLOSO REGISTRA QUEDA NO ESTADO. ISP WEBSITE, 20 MAR. 2019. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.ISP.RJ.GOV.BR/NOTICIAS.ASP?IDENT=417](http://www.isp.rj.gov.br/noticias.asp?ident=417)>. ACESSO EM: 4 ABR. 2019.

ODILLA, FERNANDA. EM POSTS E PROJETOS DE LEI: PELO QUE LUTAVA MARIELLE FRANCO, VEREADORA ASSASSINADA NO RIO. BBC BRASIL, 15 MAR. 2018. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.BBC.COM/PORTUGUESE/BRASIL-43398816](http://www.bbc.com/portuguese/brasil-43398816)>. ACESSO EM: 15 ABR. 2018.

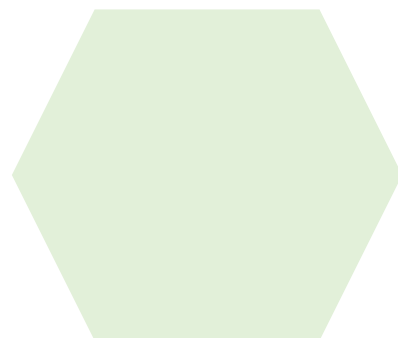


**Diego Santos Vieira de Jesus**

RBA. WITZEL É COBRADO POR PLANO DE SEGURANÇA PÚBLICA APÓS ALTA NAS MORTES POR POLICIAIS. RBA WEBSITE, 29 MAR. 2019. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://WWW.REDEBRASILATUAL.COM.BR/CIDADANIA/2019/03/WITZEL-E-COBRADO-POR-PLANO-DE-SEGURANCA-PUBLICA-APOS-ALTA-NAS-MORTES-POR-POLICIAIS](https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/03/witzel-e-cobrado-por-plano-de-seguranca-publica-apos-alta-nas-mortes-por-policiais)>. ACESSO EM: 5 ABR. 2019.

REIS, PATRICIA CERQUEIRA A MARCA DA CIDADE: REFLEXÕES E PROPOSIÇÕES PARA CONSTRUÇÃO E GESTÃO DE MARCAS DE CIDADES. O CASO DO RIO DE JANEIRO. CURITIBA: APPRIS, 2018.

UOL. IMPRENSA INTERNACIONAL DESTACA MORTE DE MARIELLE: 'ATAQUE DIRECIONADO' E 'CRÍTICA DA VIOLÊNCIA POLICIAL'. UOL, 15 MAR. 2018. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://NOTICIAS.UOL.COM.BR/INTERNACIONAL/ULTIMAS-NOTICIAS/2018/03/15/IMPRESA-INTERNACIONAL-DESTACA-MORTE-DE-MARIELLE-ATAQUE-DIRECIONADO-E-CRITICA-DA-VIOLENCIA-POLICIAL.HTM](https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/03/15/impremsa-internacional-destaca-morte-de-marielle-ataque-direcionado-e-critica-da-violencia-policial.htm)>. ACESSO EM: 15 ABR. 2018.



### ***Sobre o autor***

**Diego Santos Vieira de Jesus** é Coordenador do Laboratório de Cidades Criativas (LCC) e pesquisador do Observatório da Marca Rio da ESPM-Rio

Para citar:

Jesus, Diego Santos Vieira de. Relatório Analítico das Evidências Físicas da Marca Rio em sua Dimensão Política - 1º trim. 2018 ao 1º trim. 2019. **Observatório da Marca Rio – ESPM**, 2019. Disponível em <http://www.observatorio.espm.br>. Acesso em:....